



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

15º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANGRA DOS REIS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2026 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Acerca do Poder Constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A mutação constitucional decorre de alteração informal da Constituição.
- b) O Poder Reformador pode abolir cláusulas pétreas mediante emenda constitucional.
- c) O Poder Constituinte Originário é limitado juridicamente pela Constituição anterior.
- d) O Poder Decorrente pertence exclusivamente à União.
- e) O Poder Constituinte Derivado é inicial e ilimitado

2) Analise as afirmativas abaixo:

I – Os Municípios integram a Federação Brasileira.

II – Os Estados-membros possuem soberania.

III – O Distrito Federal acumula competências estaduais e municipais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

3) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do controle de constitucionalidade:

- a) O STF exerce controle concentrado de constitucionalidade.
- b) O controle difuso pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade é exemplo de controle abstrato.
- d) O controle preventivo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- e) A declaração de inconstitucionalidade pode produzir efeitos *erga omnes*.

4) Determinada lei estadual disciplinou matéria relativa ao direito civil, sem autorização constitucional específica. Nessa hipótese, a lei é:

- a) Constitucional, pois os Estados possuem competência residual ilimitada.
- b) Inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil.
- c) Constitucional, desde que aprovada por maioria absoluta.
- d) Constitucional, caso exista interesse regional relevante.
- e) Válida até eventual suspensão pelo Senado Federal.

5) Associe corretamente:

1 – Mandado de Segurança

2 – Habeas Data

3 – Mandado de Injunção

- () Proteção de direito líquido e certo.
- () Falta de norma regulamentadora.
- () Acesso ou retificação de informações pessoais.

A sequência CORRETA é:

- a) 1 – 2 – 3
- b) 2 – 1 – 3
- c) 1 – 3 – 2
- d) 3 – 1 – 2
- e) 2 – 3 – 1

6) Ao interpretar norma constitucional, o intérprete deve evitar contradições entre dispositivos da Constituição, buscando harmonizar suas disposições.

Trata-se do princípio da:

- a) Proporcionalidade.
- b) Razoabilidade.
- c) Força normativa da Constituição.

- d) Unidade da Constituição.
- e) Supremacia do interesse público.

7) A respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todo servidor público possui vitaliciedade.
- b) A estabilidade é adquirida automaticamente após aprovação em concurso público.
- c) A vitaliciedade é garantia típica de determinadas carreiras, como magistratura.
- d) Cargo em comissão exige aprovação prévia em concurso público.
- e) Empregados públicos ocupam cargos estatutários.

8) Considere as proposições:

I – As empresas públicas integram a Administração indireta.

II – As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

III – As agências reguladoras exercem atividade de regulação estatal.

As proposições são, respectivamente:

- a) V – V – V
- b) V – F – V
- c) F – V – V
- d) V – V – F
- e) F – F – V

9) Sobre o Estado federal e o Estado unitário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Brasil é um exemplo de Estado unitário.
- b) A federação brasileira admite direito de secessão dos Estados-membros.
- c) No Estado federal, há apenas um centro político com poder legislativo.
- d) Os Municípios brasileiros possuem soberania.
- e) A autonomia dos entes federativos compreende capacidades de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

10) Analise as afirmativas abaixo:

I – A Advocacia Pública exerce função essencial à Justiça.

II – A Procuradoria do Estado possui a atribuição de representar judicialmente o ente estadual.

III – O Poder Judiciário pode editar súmulas vinculantes por meio de qualquer tribunal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

DIREITO CIVIL

11) Sobre o tema personalidade e capacidade jurídica, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Uma pessoa jurídica, apesar de poder ser titular de direitos da personalidade, apenas o será em relação àqueles condizentes com sua natureza.
- b) Uma pessoa jurídica não pode receber indenização por dano moral, eis que, por óbvio, não pode sofrer abalo psíquico.
- c) No que diz respeito às pessoas naturais, pode se dizer que a capacidade jurídica engloba capacidade de direito - que todos detêm desde o nascimento com vida em igual grau - e a capacidade de fato - cuja amplitude pode variar.
- d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- e) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

12) A respeito da responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade civil por risco integral é excepcional e pode ocorrer apenas em caso de desastres nucleares.
- b) Não é possível a responsabilização do Estado em decorrência da edição de atos normativos.
- c) A responsabilidade aquiliana do Estado por atos comissivos é objetiva, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal.
- d) A responsabilidade civil por “balas perdidas” é objetiva: caso não se consiga comprovar que o projétil partiu de agente estatal é impossível a responsabilização do Estado por eventual dano sofrido por terceiro.
- e) É possível a responsabilização do Estado por decisões judiciais.

13) Sobre os direitos da personalidade, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) Não é possível a alienação, disponibilidade ou renúncia de direitos da personalidade, em termos absolutos.
- d) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- e) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

14) Sobre as pessoas jurídicas, marque a alternativa CORRETA:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, Municípios, Territórios e todas as autarquias e fundações.
- b) A PETROBRAS e o BNDES são autarquias.
- c) A Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro detém personalidade jurídica.
- d) São pessoas jurídicas de direito público externo a União, os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- e) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

15) Sobre os bens públicos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São bens públicos os de uso comum do povo: os rios, mares, estradas, ruas e praças e as repartições públicas.
- b) O ingresso em bens públicos de uso especial é franco e irrestrito.
- c) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- e) A sede da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro é um bem público de uso especial.

16) Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz e objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- b) A forma do ato deverá, necessariamente, ser prescrita em lei, em homenagem ao princípio da legalidade.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- d) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- e) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

17) Ainda sobre os negócios jurídicos, marque a opção CORRETA:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O erro de cálculo é causa de nulidade absoluta.
- c) O erro de indicação da pessoa ou da coisa vicia o negócio jurídico *in totum*.
- d) Dolo de terceiro não tem o condão de anular negócio jurídico.
- e) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

18) Ainda sobre os negócios jurídicos, marque a opção INCORRETA:

- a) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- b) O estado de perigo se configura apenas quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- c) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- e) Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

19) Sobre a validade e licitude dos atos e negócios jurídicos, marque a opção INCORRETA:

- a) Apenas atos ilícitos podem gerar responsabilização civil.
- b) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- c) Não constituem atos ilícitos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, bem como a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- d) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- e) Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente e por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

20) Sobre prescrição, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) Nunca ocorre prescrição entre ascendentes e descendentes.
- c) Não corre a prescrição pendendo ação de evicção.
- d) O despacho do juiz incompetente, que ordenar a citação não tem o condão de interromper a prescrição.
- e) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Acerca das regras de competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do autor;
- b) A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes quaisquer modificações posteriores do estado de fato ou de direito;
- c) A competência em razão da matéria pode ser modificada por convenção das partes;

- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício;
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar o litígio entre a União Federal e organismo internacional.

22) Considere as seguintes alternativas a respeito dos auxiliares da justiça.

I – O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, obrigatoriamente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;

II – O depositário judicial somente responde pelos prejuízos que causar à parte a título de dolo, ocasião em que perderá a remuneração arbitrada;

III - Incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício;

IV – As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação;

V – O perito pode ser substituído se deixar de cumprir justificadamente o encargo no prazo que lhe foi assinalado;

Estão CORRETAS:

- a) III e V;
- b) I, II e V;
- c) II e III;
- d) I e IV;
- e) Todas as alternativas.

23) Sobre os elementos da ação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É lícito ao autor formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- b) A cumulação de vários pedidos, contra o mesmo réu, em um único processo, exige a conexão entre eles;
- c) O cônjuge necessita do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;
- d) A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes;
- e) O autor poderá aditar ou alterar a causa de pedir até a citação, independentemente de consentimento do réu.

24) Sobre as modalidades de intervenção de terceiros, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o CPC/15:

- a) Com o trânsito em julgado da sentença, o assistente não poderá em nenhuma hipótese discutir a justiça da decisão em ação posterior;
- b) Na denunciação da lide, mesmo se procedente o pedido da ação principal, o autor não poderá requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado;
- c) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial;
- d) O ingresso do *amicus curiae* no processo não altera a competência, mas admite a interposição de todos os recursos pelo interveniente;
- e) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo autor na petição inicial e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

25) No âmbito de ação indenizatória, o Estado do Rio de Janeiro e determinada sociedade empresária figuram em litisconsórcio passivo. Encerrada a instrução processual, o magistrado proferiu sentença de procedência, condenando ambos os réus ao pagamento de indenização, em valores distintos, conforme as particularidades atribuídas à conduta de cada um. Inconformados, os réus manifestaram interesse em recorrer. Nessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os recursos do Estado e da sociedade empresária precisam ser interpostos no mesmo ato, sob pena de não serem admissíveis;
- b) Na hipótese em que ambas as partes interponham recurso, se uma delas desiste posteriormente, o recurso da outra fica prejudicado;
- c) No ato de interposição dos respectivos recursos, o Estado e a sociedade empresária precisam comprovar o preparo;
- d) No prazo para oferecimento de contrarrazões, o autor que saiu vencedor poderá apresentar recurso adesivo com o intuito de aumentar o valor da indenização, que será apreciado ainda que o Estado e a sociedade empresária desistam de seus recursos;
- e) O provimento do recurso do Estado para reformar integralmente a sentença e julgar a demanda improcedente também aproveita a sociedade empresária, mesmo que esta não ofereça recurso próprio.

26) Sobre a prática de atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o CPC/15:

- a) O ato praticado antes do termo inicial do prazo é considerado tempestivo;
- b) Após o decurso do prazo para a prática de ato processual sem a correspondente manifestação, é assegurado à parte provar que não o realizou por justa causa;
- c) Em regra, os prazos são contados em dias úteis, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento;
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;
- e) A parte pode renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

27) Sobre as nulidades processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Com a anulação de determinado ato processual, todos os demais subsequentes serão tornados sem efeito, ainda que não dependentes do ato nulo;
- b) Mesmo que a matéria seja cognoscível de ofício pelo juiz, a nulidade deve ser invocada na primeira oportunidade em que couber a parte falar nos autos, sob pena de preclusão;
- c) O juiz não pronunciará a nulidade nem mandará repetir o ato quando puder decidir o mérito da demanda a favor da parte a quem aproveite a decretação da invalidade;
- d) Há nulidade do processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar feito em cuja intervenção seja facultativa;
- e) Os atos acometidos por erro de forma não podem ser aproveitados ainda que não impliquem em prejuízo à defesa de qualquer parte.

28) Acerca da súmula vinculante, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sua edição, de ofício ou por provocação, depende de determinação de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional;
- b) A súmula vincula os demais órgãos do Poder Judiciário, a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- c) O requerimento para a edição, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser realizado pelos legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade;
- d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula ou que a aplique de maneira indevida, caberá o ajuizamento de mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal;
- e) A súmula tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

29) Sobre as regras relativas aos princípios do contraditório e da ampla defesa no CPC/15, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Como o direito a ser ouvido integra o conteúdo do contraditório e da ampla defesa, não se proferirá nunca decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente consultada;
- b) O juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria a qual deva decidir de ofício;
- c) Para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido, as partes somente têm o direito de empregar os meios probatórios especificados no Código de Processo Civil;
- d) O comparecimento espontâneo do réu ao processo não supre a falta ou a nulidade da citação, pelo prejuízo insanável ao contraditório e à ampla defesa;
- e) Para a validade do processo, é indispensável a citação do réu, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

30) Sobre o regramento da coisa julgada no CPC/15, assinale a opção INCORRETA:

- a) Ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, os motivos não fazem coisa julgada;
- b) A sentença faz coisa julgada entre as partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros;
- c) Denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso;
- d) No caso de ações que discutam relações jurídicas de trato continuado, a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença diante da superveniência de modificações no estado de fato ou de direito;
- e) A decisão de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.